

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 3 ^a EDIÇÃO.....	9
1. INTRODUÇÃO	23
1.1. Gênese do mandado de segurança	23
1.1.1. Ação anulatória de 1894.....	23
1.1.2. Utilização extensiva do <i>habeas corpus</i>	24
1.1.3. Redução do campo de incidência do <i>habeas corpus</i>	25
1.1.4. Proteção dos direitos pessoais mediante ação possessória	26
1.1.5. Primeiros esforços legislativos para criação do mandado de segu- rança	27
1.1.6. Criação definitiva do instituto	28
1.2. Evolução do instituto.....	30
1.2.1. Diversos períodos políticos influenciadores do mecanismo	30
1.2.2. Dificuldade de assimilação do mandado de segurança.....	30
1.2.3. Sistemas de direito e o poder dos juízes.....	31
1.2.4. Prevalência da tutela específica.....	32
1.2.5. Ruptura democrática	34
1.2.6. O Código de Processo Civil de 1939	35
1.2.7. Restabelecimento da democracia	35
1.2.8. A lei basilar do mandado de segurança.....	36
1.2.9. A Constituição de 1967 e o Código de Processo Civil de 1973	37
1.2.10. A Constituição de 1988	38
1.3. Natureza jurídica e conceito	39
1.3.1. Efetividade do mecanismo	39
1.3.2. O direito tutelado como identificador da natureza jurídica da ação ...	39

1.3.3.	Mandado de segurança como ação civil	40
1.3.4.	Postulação em juízo para resarcimento da lesão e tutela manda-mental	43
1.3.5.	Tutela inibitória	45
1.3.6.	Poderes do juiz.....	47
1.3.7.	Conceito de mandado de segurança.....	48
1.4.	Direito amparável.....	49
1.4.1.	Direito certo e incontestável	49
1.4.2.	Direito líquido e certo.....	51
1.4.3.	Os dois aspectos geradores do direito líquido e certo	52
1.5.	Os contornos normativos.....	53
1.5.1.	Autossuficiência constitucional do mandado de segurança.....	53
1.5.2.	Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.....	55
1.5.3.	Necessidade de um novo texto normativo	57
1.5.4.	A lei em vigor do mandado de segurança	58
1.5.5.	O Código de Processo Civil de 2015 e o mandado de segurança.....	59
2.	FASE POSTULATÓRIA	63
2.1.	Petição inicial e seus requisitos	63
2.1.1.	Pedido apresentado mediante petição subscrita por advogado	63
2.1.2.	Liberalidade postulatória do <i>habeas corpus</i>	65
2.1.3.	Necessidade do expresso consentimento no mandado de seguran-ça	66
2.1.4.	Requisitos da petição inicial e sua correta interpretação	67
2.1.5.	Novo requisito da petição inicial: indicação de pessoa jurídica	68
2.2.	O juízo a que é dirigida a petição	70
2.2.1.	A indelegável jurisdição e o princípio do juiz natural.....	70
2.2.2.	Critérios de fixação da competência em mandado de segurança	72
2.3.	Parte impetrante.....	76
2.3.1.	Legitimidade ativa.....	76

2.3.2.	Estrangeiro	77
2.3.3.	Entes dotados de personalidade judiciária.....	78
2.3.4.	Pessoas jurídicas de direito público	78
2.3.4.1.	Entes da federação como impetrantes em razão da nova competência do Superior Tribunal de Justiça.....	80
2.3.5.	Morte do impetrante	81
2.3.6.	Substituição processual no mandado de segurança	83
2.3.6.1.	Substituição processual por omissão do primeiro interessado.....	84
2.3.6.2.	Mandado de segurança coletivo	85
2.4.	Autoridade impetrada	91
2.4.1.	Legitimidade passiva	91
2.4.1.1.	A pessoa jurídica interessada e o litisconsórcio passivo facultativo.....	92
2.4.2.	Identificação do responsável pelo ato atacado	95
2.4.3.	Autoridade judicial	96
2.4.4.	Atos diferenciados: complexos, compostos e de colegiado.....	104
2.5.	Fatos incontrovertíveis	105
2.5.1.	O primeiro requisito para a configuração do direito líquido e certo	105
2.5.2.	Instrução do feito nas ações em geral.....	105
2.5.3.	Impossibilidade de instrução no mandado de segurança	106
2.6.	Fundamentos jurídicos relevantes.....	108
2.6.1.	O segundo requisito para a configuração do direito líquido e certo....	108
2.6.2.	Invalidação dos atos da administração pública.....	108
2.6.3.	Ideia inicial do controle dos atos da administração pública	111
2.6.4.	Concepção moderna do controle dos atos da administração pública	112
2.6.5.	Extensão do controle dos atos da administração pública por meio do mandado de segurança	115

2.7.	Prova exclusivamente documental e pré-constituída	116
2.7.1.	Momento processual para a prova ser estabelecida.....	116
2.7.1.2.	Medida cautelar de exibição de documento	116
2.7.2.	Caracterização do que seja prova documental.....	118
2.8.	Pedido de tutela específica.....	122
2.8.1.	Tutela corretiva e tutela de preservação.....	122
2.8.2.	Direito fundamental à tutela específica.....	124
2.9.	Valor da causa	126
2.9.1.	Critério da equivalência econômica na atribuição do valor da causa.	126
2.9.2.	Falta de equivalência econômica na tutela mandamental	127
2.9.3.	Critério de atribuição do valor da causa em mandado de segurança ...	127
2.9.4.	Valor inestimável da causa	128
2.9.5.	Efeitos processuais ao se atribuir o valor da causa.....	132
3.	FASE DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	143
3.1.	Exame prévio dos requisitos de validade do processo e de regularidade da ação	143
3.1.1.	Primeiro contato do juiz com o processo	143
3.1.2.	Pressupostos processuais	145
3.1.3.	Condições da ação.....	146
3.1.4.	Os dois grandes grupos de requisitos de validade do processo e de regularidade da ação de mandado de segurança	148
3.2.	Vícios remediáveis: emenda à petição inicial	149
3.2.1.	Ausência de instrumento de mandato	149
3.2.2.	Ausência de endereço eletrônico e não eletrônico do advogado	150
3.2.3.	Indicação equivocada da autoridade tida como coatora	151
3.2.3.1.	Teoria da encampação e seus efeitos	151
3.2.4.	Não indicação de pessoa jurídica interessada	154
3.2.5.	Não indicação do endereço eletrônico da parte impetrante, da autoridade impetrada e da pessoa jurídica interessada.....	155

3.2.6.	Ausência ou equívoco na atribuição do valor da causa	156
3.2.7.	Ausência de pedido ou causa de pedir	156
3.2.8.	Pedidos incompatíveis entre si	157
3.2.9.	Não decorrência lógica da conclusão	157
3.3.	Defeitos insanáveis: remessa ao juízo competente ou indeferimento da petição inicial	157
3.3.1.	Incompetência do juízo	158
3.3.2.	Ilegitimidade da parte impetrante	159
3.3.3.	Ausência de interesse de agir	160
3.3.3.1.	Ausência superveniente de interesse de agir (perda de objeto da ação)	161
3.3.4.	O ato atacado não é de autoridade.....	162
3.3.5.	Os fatos se mostram controversos.....	167
3.3.6.	Direito amparável por <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i>	169
3.3.7.	Intempestividade (decadência)	170
3.3.7.1.	Natureza decadencial do prazo de cento e vinte dias.....	171
3.3.7.2.	Constitucionalidade do prazo decadencial.....	172
3.3.7.3.	Contagem do prazo decadencial	174
3.4.	Julgamento de improcedência liminar de mérito	176
3.4.1.	Sentença de improcedência liminar do pedido.....	176
3.4.1.1.	Precedentes (teses vinculantes) em mandado de segurança.....	179
3.4.2.	Sentença que reconhece a ocorrência de decadência ou prescrição	182
4.	FASE DA TUTELA PROVISÓRIA (LIMINAR)	187
4.1.	Tutela provisória em mandado de segurança	187
4.1.1.	Mandado de segurança e a suspensão do ato	189
4.1.2.	A chamada “liminar” em mandado de segurança	190
4.1.3.	Suspensão do ato ao despachar a petição inicial	192
4.1.4.	Momentos processuais para a concessão de tutela provisória.....	193

4.1.5.	Identificação da natureza jurídica da tutela provisória em mandado de segurança	195
4.2.	Tutela provisória de urgência	198
4.2.1.	Tutela provisória de urgência cautelar	199
4.2.2.	Tutela provisória de urgência antecipada.....	201
4.2.3.	Tutela cautelar ou antecipada requerida em caráter antecedente....	203
4.3.	Tutela provisória da evidência	205
4.4.	Poder geral de cautela e dever geral de contracautela.....	207
4.4.1.	Exigência ou fixação de contracautelas nas tutelas provisórias.....	207
4.4.2.	Contracautelas na tutela provisória em mandado de segurança	208
4.4.2.1.	Contracautela judicial: exigência de caução, fiança, depósito e outras medidas fixadas pelo juiz	209
4.4.2.2.	Contracautela legal: vedação ou limitação de tutela provisória previstas em lei	212
4.4.2.3.	Contracautela social: medida adotada por presidentes de tribunais visando evitar danos à coletividade	223
4.5.	Recorribilidade da tutela provisória	233
4.5.1.	Agravo de instrumento	234
4.5.2.	Agravo interno.....	236
4.5.2.1.	A equivocada ideia de irrecorribilidade da decisão do relator	236
4.5.2.2.	A impugnação da decisão do relator por agravo interno	238
5.	FASE DE DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO	243
5.1.	Notificação da autoridade impetrada	243
5.1.1.	Chamamento da autoridade ao processo e consequências	243
5.1.2.	A estrutura das informações	247
5.1.3.	Ausência de informações ou apresentação fora do prazo	248
5.2.	Formação de litisconsórcio	249
5.2.1.	Classificação do litisconsórcio	249
5.2.2.	Litisconsórcio ativo facultativo ulterior	250

5.2.3.	Litisconsórcio passivo facultativo	253
5.3.	Intervenção de terceiros.....	254
5.3.1.	Oposição, nomeação à autoria e assistência	254
5.3.2.	Denunciação da lide e chamamento ao processo	256
5.4.	Impossibilidade de transformar em comum o procedimento especial	256
5.5.	A não autorização de incidentes processuais	258
5.6.	Ministério Pùblico em mandado de segurança	258
6.	FASE DE JULGAMENTO	265
6.1.	Sentença em mandado de segurança	265
6.1.1.	Sentença extintiva.....	267
6.1.2.	Reingresso da ação e prevenção do juízo.....	267
6.1.3.	Reingresso da ação e coisa julgada material.....	269
6.1.4.	Ação de obrigação de fazer e de não fazer	271
6.1.5.	Classificação quinária das sentenças e o fenômeno da eficácia.....	273
6.1.6.	Eficácia processual como eixo da jurisdição	281
6.1.7.	Tutela específica: corretiva ou de preservação.....	287
6.2.	Julgamento originário em tribunal.....	290
6.3.	Sucumbência	291
6.3.1.	Custas processuais	291
6.3.2.	Honorários advocatícios	292
6.4.	Efeitos do julgamento em relação a fatos futuros	294
6.4.1.	Relações jurídicas continuativas	294
6.4.2.	A reclamação constitucional	295
7.	FASE DE EXECUÇÃO (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA)	303
7.1.	Execução provisória (cumprimento provisório de sentença)	304
7.1.1.	Processamento	305
7.1.2.	Carta de sentença	307
7.1.3.	Contracautelas	308
7.1.4.	Inconstitucionalidade na restrição dessa fase	310

7.2.	Execução definitiva (cumprimento definitivo de sentença)	311
7.2.1.	Tutela específica	312
7.2.2.	Descumprimento da decisão judicial	313
8.	FASE DE REEXAME DO JULGAMENTO (REMESSA NECESSÁRIA E RECURSOS).....	319
8.1.	Limites no reexame de julgamentos	320
8.1.1.	Grau de jurisdição e instância	320
8.1.2.	Instâncias ordinárias e instância especial	323
8.2.	Remessa necessária e eficácia da decisão de primeiro grau	324
8.3.	Recurso de apelação.....	326
8.4.	Recurso ordinário constitucional.....	327
8.5.	Recursos especial e extraordinário.....	329
8.6.	A título de encerramento: da estrada à esfera	333
ÍNDICE SISTEMÁTICO.....		335
BIBLIOGRAFIA.....		343